



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

JULGAMENTO DE RECURSO

Objeto – Impugnação ao edital – Tomada de Preços nº. 02/2018

Processo: 19/2018

Recorrente – Construtora Sodeste Ltda.

Autoridade encarregada do Julgamento – Comissão de Licitação

I - RELATÓRIO

Construtora Sodeste Ltda., já devidamente qualificada, propôs a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, questionando as exigências de qualificação econômico-financeira do edital – TOMADA DE PREÇOS 02/2018 -, vez que de acordo com o Recorrente, o mesmo não atende os requisitos legais, especificamente porque estabelece na cláusula 25.4 do edital requisito cumulativo para participação ao certame.

Por isso, pede que seja exigida apenas uma exigência, ou seja, bastaria apenas a demonstração dos índices de que trata a alínea “b” da referida cláusula sem que se faça necessário demonstrar o patrimônio líquido mínimo.

Por fim pede que o presente recurso seja considerado procedente, para que seja alterado o edital.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Sem embargo dos argumentos ofertados pela requerente no presente Recurso, mister faz-se reconhecer que não merece amparo tal pretensão em razão dos fundamentos a seguir expostos.

Primeiramente, observa-se no presente recurso, que o Recorrente não observou os ditames do edital, visto que o item 24.4 esclarece todo o alegado.


Wagner G. Machado
Presidente da CPL



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

Não fosse só isso, indo de confronto aos argumentos do presente recurso, o art. 31 da lei de licitações nos diz que:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de indicadores limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

§ 3o O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4o Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5o A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Conforme artigo acima citado, todos os requisitos nele impostos foram identificados no edital, não havendo qualquer irregularidade legal.

Dessa forma, não assiste razão à Recorrente quando alega que não deve ser exigido critério de modo cumulativo econômico financeiro, haja vista que é necessidade da Administração Pública estabelecer critérios contábeis, tendo em vista o alto valor ora licitado, acima de 01 milhão.

Ademais, ora nenhuma se exigiu capital mínimo e patrimônio líquido mínimo, pois no item "d" da cláusula 25.4 contém a expressão OU, e não E, como sugere a Peticionária.

Pois, os itens exigidos no edital encontram-se expressamente previstos na lei 8.666/93, não havendo qualquer mácula a ser sanada no mesmo.

Além disso, a própria lei prevê a possibilidade de exigir garantias (art. 56 da lei de licitações), sendo que no presente caso nem mesmo fora exigido qualquer outra alistada no mencionado artigo, para não restringir a competitividade, não havendo que se postergar maiores esclarecimentos.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

Aliás, o cálculo apresentado na cláusula 25.4 "d", foi feito de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação.

Isso porque a Administração Pública deve obedecer aos princípios da economia, celeridade e legalidade.

Portanto, não há erros ou vícios a serem sanados no edital impugnado, não assistindo razão o recurso ofertado.

III - DA DECISÃO

Diante do exposto, nega-se provimento ao presente Recurso Administrativo, tendo em vista que o edital cumpriu todos os requisitos legais vigentes.

Monte Carmelo-MG, 16 de março de 2018.

ISCLERIS WAGNER

Iscleris Wagner G. Machado
Presidente da CPL